

ARTIGO DE REVISÃO

O uso das fontes orais nas pesquisas em história do esporte: memórias da “Corrida do fogo simbólico”

Use of oral sources at the researches in history of sport: memories of "Race of symbolic fire"

Luis Henrique Rolim Silva¹, Ester Liberato Pereira², Janice Zarpellon Mazo³

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, RS, Brasil.

Recebido em: setembro 2013 / Aceito em: novembro 2013

ester_lp@yahoo.com.br

RESUMO

A História Oral constitui um campo do qual nosso grupo de pesquisa apropria-se para compor muitos de seus estudos. **Objetivo:** interpretar as representações culturais da Corrida do Fogo Simbólico (CFS), em Porto Alegre, no período do Estado-Novo. **Método:** registro de história oral, descrição do que é a história oral, com abordagem do uso da memória coletiva e individual, bem como das questões éticas em História Oral. **Resultados e considerações finais:** com os avanços metodológicos, a História Oral começou a voltar-se mais para discutir suas próprias concepções epistemológicas. A diversidade de possibilidades é o que faz a História Oral ser diferente. Partindo do pressuposto que conhecemos o passado por meio da reconstrução da memória e que esta poderá apresentar uma representação do que foi esse passado para alguma pessoa, é o que nos fez ver a História Oral como uma possibilidade de buscar as distintas representações que a CFS pode ter.

Palavras-chave: Esporte; Jogos Olímpicos; História Oral.

ABSTRACT

*Oral History constitutes a field which our research group appropriates to compose many of their studies. **Objective:** interpret culture representations of Symbolic Fire Racing (SFR) in Porto Alegre during the New State period. **Method:** record of Oral History, description from what is oral history, with approach of the memory use collective and individual, as well as ethical issues in Oral History. **Results and final considerations:** With methodological advances, Oral History began to turn more to discuss*

its own epistemological conceptions. The diversity of possibilities is what makes Oral History being different. Starting from the presupposition that we know the past through memory reconstruction and that this may present a representation of what this past was to someone; that's what made us see the Oral History as a possibility to seek for distinct representations that SFR may have.

Keywords: Sport; Olympic Games; Oral History.

INTRODUÇÃO

A História Oral constitui um campo do qual nosso grupo de pesquisa apropria-se para compor a maioria de seus estudos no âmbito da História do Esporte e da Educação Física. Muito mais do que simplesmente gravar entrevistas e posteriormente transcrevê-las, atentamo-nos a apreender a função da História Oral, enquanto forma de refletir acerca da sociedade atual. Fazendo uso de conversas registradas, as percepções da vida social são gravadas de modo a compor fontes ou documentos que, no entanto, carecem ser analisados desde sua origem.¹

A pesquisa apresentada compõe parte de uma dissertação de mestrado intitulada “A Chama que arde em nossos clubes! A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947)”, elaborada por Rolim,² que se valeu das contribuições da História Oral para identificar as representações culturais produzidas pela “Corrida do Fogo Simbólico” (CFS) em Porto Alegre, além de reconstruir as memórias desta manifestação cultural-esportiva no período de 1938 a 1945. Para um maior entendimento acerca deste estudo, é importante apresentar que a CFS foi realizada, pela primeira vez, em 1938, nas

comemorações da Semana da Pátria e, nesse ano, o seu trajeto iniciou na igreja de Viamão (RS) e sua chegada foi na Pira da Pátria, junto ao monumento do Expedicionário no Parque Farroupilha (conhecido como Parque da Redenção) em Porto Alegre. Desde então, sofreu modificações que a transformaram em um grande evento esportivo, especialmente no período do Estado Novo. É realizada anualmente até os dias atuais, no mês de setembro, durante as comemorações da Independência do Brasil.

Essa Corrida foi trazida para o Brasil por meio de dirigentes esportivos e jornalistas porto-alegrenses que estavam presentes, durante a cerimônia de abertura dos Jogos Olímpicos (JO) de Berlim em 1936. No meio da plateia da cerimônia de abertura do megaevento esportivo, estavam presentes membros da Confederação Brasileira de Desportos (CBD) entre outros dirigentes esportivos de estados brasileiros. Do Rio Grande do Sul estavam presentes os seguintes dirigentes e associados dos clubes esportivos de Porto Alegre: Túlio de Rose e Ernesto Capelli, ambos ligados ao *Club Italiano Canottieri Duca degli Abruzzi* (Clube de Regatas Duque de Caxias) e a Federação Gaúcha de Remo; José Carlos Daudt, representante da Liga Atlética Rio-Grandense e da *Turnerbund* (atual SOGIPA) e Darci Vignoli do *Turnerschaft* (atual Grêmio Náutico União), e membro do núcleo regional (RS) da Liga de Defesa Nacional (LDN).^{3,4} Naquela ocasião, Túlio de Rose estava, ainda, como correspondente da empresa Jornalística Caldas Júnior, produzindo reportagens para o jornal *Correio do Povo*.

Nesses JO, foi realizada, pela primeira vez, a Corrida de Revezamento da Tocha Olímpica. Túlio de Rose, particularmente, ficou muito impressionado com a vibração do público diante da entrada do atleta no Estádio Olímpico de Berlim segurando a Tocha Olímpica. Afirmou que podia sentir a força que a tocha representava para os alemães: "era como se ela pudesse abençoar e proteger aquele povo que demonstrava uma grande paixão por seu país".⁵

Quando findaram os JO e a delegação de sul-rio-grandenses retornou ao Estado, começou a planejar a realização de um evento similar ao que tinha assistido em Berlim. Dois anos depois, era realizada a primeira edição da CFS, envolvendo atletas de clubes, particularmente remadores para a condução da tocha. Em sua primeira edição (1938), a CFS começou em Viamão – a primeira capital do Rio Grande do Sul – e terminou em Porto Alegre.⁶

A CFS é, de tal modo, uma prática cultural exercida desde 1938, junto com as demais comemorações da Semana da Pátria, na qual é festejada a Independência do Brasil.^{7,8} Buscava-se afirmar uma ideia de nação brasileira, por meio das comemorações de datas cívicas, com destaque especial ao dia da Independência do Brasil: o "Sete de Setembro".⁹ Esta cerimônia foi institucionalizada em Porto Alegre pela LDN, uma entidade patriótica, com o apoio dos clubes esportivos da cidade.¹⁰

Considerando estes indícios, a CFS é analisada enquanto uma "tradição inventada",¹¹ na perspectiva da Nova História Cultural.¹² Tendo em vista estes pressupostos teóricos, buscamos apoio metodológico na História Oral, abordagem sobre a qual passamos a discorrer na sequência.

MÉTODO

A história que justifica a História Oral

A difusão do termo História Oral é recente; entretan-

to, isso não significa que a história oral não tenha passado, pois, na verdade, ela foi a primeira espécie de história. A preeminência original da História Oral está na tradição oral das sociedades iletradas, onde existiam depositários das tradições, ou seja, pessoas especializadas em oralmente passar as tradições entre gerações. Essa tradição oral ainda se pode encontrar na África.¹³ Na antiguidade, conforme Alberti,¹⁴ Heródoto e Tucídides já "lançavam mão de relatos e depoimentos para construir suas narrativas históricas sobre acontecimentos passados" (p. 2).

Na Europa, até o século XVIII, os testemunhos orais tiveram muito prestígio; porém, com o desenvolvimento da história acadêmica profissional do século XIX, esse prestígio desapareceria, ou seja, a mudança da posição social do historiador foi determinante para isso. Assim, os estudos iniciados por medievalistas sobre manuscritos latinos e o ensino sistemático da metodologia histórica na Alemanha foram um divisor de águas. Estabelecia-se que os historiadores trabalhavam com manuscritos, pois se não há documentos escritos, não haveria história.^{15,13} Esta ideia é reforçada por Alberti,¹⁴ a qual diz que o predomínio da história positivista e a quase sacralização do documento escrito relegaram a tarefa de colher documentos a um segundo plano.

A história oral começa, novamente, a se estruturar na segunda metade do século XX, depois de 1945, principalmente, a partir dos processos sociais e intelectuais ligados à II Guerra Mundial, especialmente porque, tanto na Europa como na Ásia ou África, grupos nacionais ou classes sociais sem história ou com escassa história se estruturaram com o poder ou ganharam posições de poder.¹⁵ Essa reintrodução da fonte oral em países de antiga tradição escrita, segundo Joutard,¹⁶ não foi bem recebida pelos historiadores, exceto nos Estados Unidos, pois eram precursores nessa matéria. Neste país, conforme Ferreira,¹⁷ o desenvolvimento da História Oral foi incrementado na década de 1940, com o uso do gravador pelo jornalista Allan Nevins, considerado um dos preconizadores da História Oral.

Devido aos investimentos no campo da sociologia, os Estados Unidos avançaram de forma explosiva nos métodos de entrevista. Em algumas nações europeias, o resgate oral demorou a ser utilizado, visto que existia uma necessidade de apagar as marcas deixadas pela guerra. De forma paralela, a existência das organizações operárias e as classes populares, fizeram emergir trabalhos sobre a história do movimento operário que evoluíram para uma história social de mais amplo aspecto. Essa aproximação entre a sociologia e a história foi determinante a partir da instalação das novas universidades da década de 1960, com suas experiências interdisciplinares, sendo os adeptos da história social e seus novos ramos que captaram o potencial que lhes era oferecido.^{13,15}

Alberti¹⁴ atribui esse renascimento à insatisfação dos pesquisadores com os métodos quantitativos do pós-guerra e afirma haver duas singularidades que se firmaram nessa nova história oral dos anos 1960: a primeira é o uso do gravador, que congela o depoimento, permitindo sua consulta e avaliação em qualquer tempo, podendo ser fonte de múltiplas pesquisas. Dessa forma, o depoimento pode passar a ter o estatuto de documento desde que sejam feitos os procedimentos técnicos de gravação e de tratamento da entrevista que começaram a emergir nesse período; a segunda singularidade refere-se que não é o fato de que o depoimento torna-se um 'documento' e que

a história oral ganha o estatuto de 'ciência positiva', mas sim o deslocamento do objeto documentado para uma versão de um fato, ou seja, uma 'versão do passado'.

Em busca das influências no Brasil, encontramos Thompson¹³ quando se refere aos programas contemporâneos de história política que tiveram força devido às seguidas rebeliões políticas que destruíram a documentação escrita. E, segundo Alberti,¹⁴ um desses programas seria o Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) que foi implantado em 1975, vinculado à Fundação Getúlio Vargas, com o objetivo de conjugar as duas tendências configuradas dentro da História Oral: a norte-americana, que privilegia a criação de bancos de dados de depoimentos orais, sem que a produção se subordine necessariamente a um projeto de pesquisa; e a europeia, que privilegia a lógica da investigação científica, sem que as entrevistas dela resultantes sejam necessariamente colocadas para o público acadêmico. Porém, segundo Amado e Ferreira¹⁵ o boom da História Oral, no Brasil, se deu nos anos 1990, com a multiplicação de seminários e a incorporação nos programas de pós-graduação de cursos para a discussão da História Oral e, além disso, o estabelecimento e aprofundamento de contatos com pesquisadores estrangeiros e com programas de pós-graduação reconhecidos internacionalmente também contribuíram para isso. Outro fator citado pelas autoras é a criação da Associação Brasileira de História Oral (ABHO), em 1994, e o seu Boletim apresentando as principais discussões em torno do tema e divulgando os programas e grupos de trabalho existentes.

Para este estudo, foram realizadas duas entrevistas, que se constituíram nas fontes orais. A coleta dos depoimentos orais foi realizada após a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, registrada a pesquisa com o número 2007739. O critério de escolha dos participantes foi o envolvimento indireto com a CFS e, principalmente, o contato direto com os idealizadores da CFS.

As entrevistas foram gravadas para a posterior transcrição e análise junto com os outros documentos.^{19,20} "Montar, combinar, compor, cruzar, revelar o detalhe, dar relevância ao secundário"²¹ foi o método historiográfico utilizado nesse estudo. Assim, todas as fontes utilizadas podem ser pensadas como traços portadores de significados construídos para investigar o objetivo proposto pelo estudo.

Antes da realização da entrevista, o entrevistado leu o Termo de Consentimento Livre e Esclarecimento (Declaração do Entrevistado), e o entrevistador colocou-se à sua disposição para esclarecer eventuais dúvidas. Estando de acordo com os procedimentos da entrevista, o entrevistado assinou o Termo, autorizando, assim, o uso das suas informações na pesquisa.

A partir desse breve histórico e detalhamento da metodologia empregada, buscamos apresentar as principais vertentes da História Oral. Porém, é interessante observar que essa variedade de origens determina outra discussão, que gira em torno de alguns questionamentos: o que é História Oral; para quem se destina; quais suas possibilidades. Assim, para um melhor entendimento da História Oral e de que maneira a utilizamos na busca das representações da CFS, apresentamos o tópico seguinte.

RESULTADOS

A História Oral e suas possibilidades

Para um entendimento do que é História Oral e suas possibilidades, precisamos, mais do que a breve perspectiva histórica apresentada, analisar esse período. Assim, devemos considerar, de acordo com Trebitsch,²² que o boom da História Oral nos anos 1970, não se explica a partir das experiências adquiridas anteriormente e nem pelo aprimoramento do gravador portátil em 1960, mas, sim, pela mudança de paradigma ocorrida dentro da própria História Oral: "a tarefa de preencher as lacunas dos documentos escritos e até mesmo de constituir arquivos de mesma natureza, esse modelo moderado será considerado como o exemplo daquilo que não se deve fazer" (p. 21). Com essa mudança, várias foram as denominações criadas para definir o que é História Oral e, conseqüentemente, suas possibilidades. Contudo, conforme Francois,²³ nem em seus objetos nem em suas abordagens, a história oral faz jus à denominação de "história diferente" ou "outra história". Apresentamos, a seguir, as definições de alguns autores, a fim de entendermos como está esse campo de estudo e buscarmos uma melhor aproximação com o objeto de estudo da dissertação realizada.

Para Trebitsch,²² que está fundamentado na 'genealogia mítica' criada pelos historiadores orais, a História Oral é uma "contra-história" (p. 21), tendo em vista três reivindicações complementares: "contra a história antiga, a anterioridade milenar; contra a história oficial, uma história "vista de baixo"; e contra a ficção da objetividade, uma ciência engajada" (p. 22). Problematizando a situação, Joutard¹⁶ coloca que a expressão História Oral é ambígua, preferindo utilizar Fontes Oraís, pois acredita que ela é mais uma fonte entre outras. Já Alberti afirma que a tentativa de definirmos História Oral irá esbarrar com categorias de diversas disciplinas das ciências humanas, como "biografia, tradição oral, memória, linguagem falada, métodos qualitativos, etc." (p. 1). Além disso, a autora observa que ora ela se estabelece como método de investigação científica, ora como fonte de pesquisa, ora como técnica de produção e tratamento de depoimentos gravados.

Seguindo nessa linha, Amado e Ferreira¹⁵ afirmam que é possível reduzir a três as principais posturas a respeito do status da história oral: como técnica, como disciplina e como metodologia. Porém, as autoras alertam que essa dificuldade se encontra devido ao fato de que o objetivo de cada uma dessas posturas depende do objetivo a qual irá se empregar a História Oral; pois, "a chamada 'história oral' não passa de um conjunto de procedimentos técnicos para a utilização do gravador em pesquisa e para a posterior conservação das fitas. Querer mais do que isso é ingressar no terreno da mais pura fantasia. A história oral não possui os fundamentos filosóficos da teoria, nem os procedimentos que [...] possam ser qualificados como metodológicos. Ela é fruto do cruzamento da tecnologia do século XX com a eterna curiosidade do ser humano".¹⁸

Na mesma perspectiva deste debate, Garrido¹⁵ questiona: "existe o que poderíamos chamar de História Oral, como um produto historiográfico diferenciado e alternativo à história realizada exclusivamente com fontes escritas? Em nossa opinião, a resposta é negativa. Ao aceitar essa tese, a próxima pergunta pode ser: utilizar fontes orais nos permite escrever outro tipo de história?"

Isto é: podemos construir um discurso de interpretação histórica mais completo, mais rico e complexo? Nesse caso, nossa resposta é positiva" (p. 33). Como podemos ver, a discussão em torno da conceituação e das possibilidades é muito ampla e diversificada. Muitos dos autores apresentam visões particulares de cada país onde se pesquisa e atua. O interessante, aqui, é observar a capacidade interdisciplinar da História Oral e, por isso, nossa aproximação com esse campo.

Alberti²⁴ confirma esse pensamento, referindo que a História Oral é "uma metodologia interdisciplinar por excelência" (p. 156). E, para contribuir, no sentido de como devemos articular a História Oral, buscamos Portelli,²⁵ pois, para este autor, as fontes orais e escritas não são mutuamente excludentes; cada uma possui suas funções específicas que somente uma ou outra poderá preencher. Defende que a supervalorização e a depreciação das fontes orais poderão terminar em cancelar as qualidades específicas que essas possuem. Assim, podemos dizer que a História Oral busca conhecer um determinado passado por meio dos depoimentos de pessoas que vivenciaram esse determinado passado. E, desta forma, irá recorrer às memórias dessas pessoas (entrevistados) para buscar diferentes representações.

Pensamos, assim, que o uso da História Oral, para se identificar as representações da CFS em Porto Alegre no período do Estado-Novo, se fez por meio da memória das pessoas envolvidas no processo de construção e perpetuação dessa tradição inventada. Dessa forma, os clubes esportivos porto-alegrenses, na figura dos seus atletas e dirigentes que se associavam à CFS, poderiam estar construindo uma representação de integração do esporte porto-alegrense, antes marcado pelas diferentes etnias, no projeto de construção da identidade nacional brasileira (2). Para tanto, revisamos alguns conceitos sobre a memória na perspectiva da História Oral e os possíveis dilemas éticos a se enfrentar.

Memória e ética na História Oral

Durante muito tempo, a memória foi tratada de maneira polarizada; havia a oposição entre memória oficial e memória subordinada ou dominada; hoje, há um consenso de que existe uma multiplicidade de memórias e, aceitar isso, é a melhor alternativa para uma análise mais rica dos testemunhos obtidos durante uma pesquisa.²⁴ Assim, o ato de selecionar pessoas para entrevistas com intuito de resgatar a memória requer um aprofundamento de conceitos em torno dessa temática, pois a "memória não é um fenômeno exclusivamente individual, mas resulta de determinações sociais complexas. Pensamos, lembramos e exprimimo-nos em formas social e culturalmente determinadas"²⁶ (p. 157).

A partir disso, podemos pensar que a história é uma representação do passado e que a História Oral iria revelá-la por meio da memória. Entretanto, essa premissa não é tão simples, pois a memória traz diversas interpretações. Halbwachs²⁷ aponta que a memória é fato socialmente construído, pois nos recordamos por meio de um processo de interação com nossa memória individual e social. Assim, atribuiu à memória coletiva um valor relevante, ao colocar que a memória de uma sociedade determina a de um indivíduo. Le Goff,²⁸ que enfatiza a memória coletiva, diz que a memória como propriedade de conservar certas informações, remete-nos a um conjunto de funções psíqui-

cas, graças às quais o homem pode atualizar impressões ou informações passadas, ou que ele representa como passadas. E, de tal modo, encontramos Pollak²⁹ dizendo que a memória é seletiva, pois nem tudo fica registrado. A memória depende dos acontecimentos, personagens e dos lugares conhecidos direta ou indiretamente. Além disso, trata da memória organizada, em que a "sua organização em função das preocupações pessoais e políticas do momento, mostra que a memória é um fenômeno construído" (p. 205). Assim, o autor afirma que existe uma relação fenomenológica entre memória e o sentimento de identidade, pois podemos dizer que a identidade se constrói como referência ao(s) outro(s).

Já Portelli³⁰ prefere evitar o termo memória coletiva, pois, para o autor, a História Oral salienta a essencialidade do indivíduo, ao trabalhar com versões do passado, ou seja, memória. Assim "a memória é um processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém, em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são – assim como as impressões digitais, ou a bem da verdade, como as vozes – exatamente iguais" (p. 16).

Para Niethammer,³¹ "não existe uma distinção nítida das funções interiores e exteriores da memória, mas uma interação conjunta" (p. 131). Essa é uma abordagem interessante e bastante ampla sobre memória, pois o autor acredita que a memória individual não é um processo que se restringe à cultura externa, sendo importante descobrirmos como a experiência individual e a interpretação cultural se articulam. Assim, a memória seria uma pré-condição dinâmica da percepção e do pensamento, tendo vários níveis, conscientes e inconscientes e, com isso, dependeria dos diferentes fatores da percepção: "disposições genéticas, o aprendizado social e terminológico, os choques do encontro emocional com novidades não preconcebidas e as recordações culturais" (p. 131).

Essas diferentes concepções, de certa forma, se entrelaçam e o uso da memória se torna relevante na busca de representações de um fato passado. Contudo, algumas preocupações emergem em quem busca esse resgate por meio da memória. Conforme Weber³² "considerando o montante do que já foi discutido e divulgado, não há muito mais espaço para ingenuidades nem deslumbramentos" (p. 177).

Assim, Hall²⁶ nos alerta que a História Oral está longe de ser uma história espontânea ou uma experiência vivida em estado puro, e que devemos tratar os relatos produzidos da mesma forma crítica do que outras fontes consultadas. O autor reforça essa posição em virtude do pouco conhecimento sobre como funciona a memória humana, colocando algumas questões para se observar: primeiramente, que a memória de muitos entrevistados pode estar extremamente falível em relação aos acontecimentos específicos e, sobretudo a sequência; desta forma, a História Oral "parece ser mais confiável para os acontecimentos de grande impacto que impressionaram muito o entrevistado, ou para rotinas e fatos regularmente repetidos" (p. 158). Outra causa de distorção está em transferir opiniões atuais para o passado; outra dificuldade é que o entrevistado já vem com uma "história pronta, um número ou uma linha sobre o passado" (p. 158). Além disso, o autor cita problemas como a formulação das per-

guntas e a maneira como irá se perguntar.

Amado³³ nos lembra de que sempre haverá uma relação de troca entre o entrevistado e o pesquisador, não somente no caso de devolver a pesquisa, mas desde o momento em que se concede a mesma; além disso, afirma que a pesquisa acadêmica influencia, de alguma forma, dentro do grupo a ser pesquisado. Assim, a qualidade de uma boa pesquisa oral não se dará pelos níveis de identificação política ou destinos que o pesquisador poderá influenciar, mas, sim, "pelos qualidades acadêmicas do trabalho, pela sua capacidade de desvendar relações humanas e pelo grau de comprometimento profissional demonstrado, o qual poderá ser medido pelo respeito aos procedimentos metodológicos e técnicos da disciplina" (p. 155).

Thomson³⁴ abre caminho para uma discussão sobre problemas éticos que podemos encontrar. Afirma que, apesar de seguir a regra básica de que o bem-estar do entrevistado vem antes dos interesses das pesquisas, enfrentou dilemas éticos, pois "as entrevistas que exploram a natureza e os processos de afloramento de lembranças confundem as fronteiras dos relacionamentos dentro da História Oral" (p. 67). Este autor trata do dilema ético no sentido político, pois talvez alguns pesquisadores "achem que não tem o direito de usar as reminiscências das pessoas para criar histórias polêmicas ou que envolvem aspectos delicados para os narradores, e que isso significa uma violação de confiança. Por outro lado, talvez achem que tem outro dever – para com a sociedade e a história – a responsabilidade de contestar os mitos históricos que dão poder a algumas pessoas à custa de outras" (p. 69).

Sobre a questão da subjetividade, Alberti²⁴ diz que "hoje já é generalizada a concepção de que fontes escritas também podem ser subjetivas e de que a própria subjetividade pode se constituir em objeto do pensamento crítico" (p. 163). Além disso, Alberti¹⁴ refere que a peculiaridade da História Oral, como um todo, reside na postura com relação à história e às configurações socioculturais, privilegiando "a recuperação do vivido conforme concebido por quem viveu" (p. 5). Vilanova³⁵ concorda que a crítica sobre a subjetividade está superada e, deste modo, alerta que o fundamental é sabermos interpretar os documentos escritos que temos, os números que manejamos, as imagens que observamos e as palavras que escutamos, pois nem tudo tem o mesmo peso. Portanto, Thompson¹³ conclui que toda fonte histórica derivada da percepção humana é subjetiva e que a História Oral permitiria nos aventurar nessa subjetividade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na tentativa de contemplar o objetivo proposto, procuramos revisitar alguns dos principais teóricos de História Oral. Assim, a breve reconstrução histórica serviu, em um primeiro momento, para buscar as origens e o entendimento do porquê de algumas discussões dentro da História Oral. Essas discussões se deram, principalmente, durante um período onde a História Oral buscava espaço no meio acadêmico e, por isso, muitas vezes, os discursos de alguns autores eram extremamente autoritários. A necessidade era de confrontar pensamentos e buscar afirmação. Talvez por isso, a busca por uma genealogia mítica e a identificação de ser uma contra-história.

Com os avanços metodológicos, a História Oral começou a olhar mais para seu interior e discutir suas

próprias concepções epistemológicas. Assim, surgiram as divergências de definição, pois, de acordo com o que se definia se buscava uma possibilidade diferente. Hoje, essa diversidade de possibilidades é o que faz a História Oral ser diferente. Entretanto, essa é uma visão limitada de quem está se aproximando de um campo de estudo e vê, por meio dessa multidisciplinariedade, uma possibilidade de aproximação com seu estudo.

Atualmente, essa discussão em torno do uso ou não da fonte oral, em detrimento da escrita, já está ultrapassada e, assim, procuramos abordar a questão da memória e suas principais discussões. Pensando que conhecemos o passado por meio da reconstrução da memória e que esta poderá apresentar uma representação do que foi esse passado para alguma pessoa, é o que nos fez ver a História Oral como uma possibilidade de buscar as diferentes representações que a CFS pode ter em Porto Alegre no período do Estado Novo. Assim, as discussões em torno de memória coletiva e individual foram de suma importância para a realização desse estudo.

REFERÊNCIAS

1. Meihy, JCSB, Holanda, F. História Oral: como fazer, como pensar. – São Paulo: Contexto, 2007.
2. Rolim, LH. A chama que arde em nossos clubes! A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947). 2008. 186f. Dissertação (Mestrado em Ciências do Movimento Humano) – Escola de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.
3. Mazo, JZ. A emergência e a expansão do associativismo desportivo em Porto Alegre (1867-1945): espaço de representação da identidade cultural brasileira. 2003. Porto, Portugal, 2003. Tese (Doutorado em Educação Física) – Universidade do Porto (UP).
4. Rolim, LH, Mazo, JZ. A Corrida de Revezamento do Fogo Simbólico da Pátria em Porto Alegre (1938-1947): estudo sobre a participação dos clubes esportivos. Movimento 15, 04, 11-33, 2009.
5. Revista do Globo. A maior corrida do Brasil. Revista do Globo 126, 1939. In: MAZO, JZ. Catálogo Esporte e Educação Física na Revista do Globo. Porto Alegre: PUCRS, 66-68, 2004.
6. Rolim, LH, Mazo, JZ. The National Torch Relay in Porto Alegre City (1938-1947): an appropriation of the Olympic Torch Relay. Journal of Olympic History 16, 3, 6-11, 2008.
7. Amaro Junior, J. As aventuras do fogo simbólico, e de seu idealizador entre nós, o jornalista Túlio de Rose. Revista do Globo 369, 1944. In: Mazo, JZ. O esporte e a educação física na revista do globo: catálogo 1929-1967. Porto Alegre: PUCRS, 40-41, 2004.
8. Liga de Defesa Nacional. Corridas do Fogo Simbólico. 2006.
9. Mazo, JZ, Rolim, LH. Os clubes esportivos e sua participação na 'Semana da Pátria' em Porto Alegre: desfiles e competições cívico-educativas (1930/1940). Arquivos em Movimento 3, 67-83, 2007.
10. Rolim, LH, Pereira, EL, Mazo, JZ. Apropriando-se da chama olímpica: a corrida de revezamento do Fogo simbólico em Porto Alegre – Brasil (1938-1947). Revista da Educação Física 22, 1, 65-73, 2011.
11. Hobsbawm, E. Tradições Inventadas. Ministério da Educação: Minerva do Comércio, 1988.
12. Chartier, R. A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000.

13. Thompson, P. A voz do passado: história oral. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
14. Alberti, V. História Oral: a experiência do Cpdoc. Rio de Janeiro: Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, 1989.
15. Garrido, JDA. As fontes orais na pesquisa histórica: uma contribuição ao debate. Revista Brasileira de História. 13, 25/26, 33-43, 1992/1993.
16. Joutard, P. História Oral: balanço da metodologia e da produção nos últimos 25 anos. In: Amado, J, Ferreira, MM (Coords.). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, 43-62.
17. Ferreira, MM. História Oral: um inventário das diferenças. In: Ferreira, MM (Coord.). Entrevistas: abordagens e usos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1994, 1-13.
18. Amado, J, Ferreira, MM. Apresentação. In: Amado, J, Ferreira, MM (Coords.). Usos & Abusos da história oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002, vii-xxv.
19. Bardin, L. Análise de conteúdo. Lisboa: Edições 70, 2000.
20. Triviños, A. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.
21. Pesavento, SJ. História & história cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
22. Trebitsch, M. A função epistemológica e ideológica da história oral no discurso da história contemporânea. In: Ferreira, MM. História Oral e Multidisciplinariedade. Rio de Janeiro: Diadorim, 1994. 19-43.
23. François, E. A fecundidade da história oral. In: Amado, J, Ferreira, MM (coord.). Usos & Abusos da História Oral. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2006, 3-13.
24. Alberti, V. Histórias dentro da História. In: Pinski, CB (Org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. 155-202.
25. Portelli, A. O que faz a história oral diferente. Projeto História. São Paulo 14, 25-39, 1997.
26. Hall, MM. História Oral: os riscos da inocência. In: São Paulo (cidade). O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1992, 157-160.
27. Halbwachs, M. A Memória Coletiva. São Paulo: Vértice, 1990.
28. Le Goff, J. História e Memória. Campinas: UNICAMP, 1992.
29. Pollak, M. Memória e Identidade Social. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, 15, 10, 200-212, 1992.
30. Portelli, A. Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre a ética na História Oral. Projeto História 15, 13-33, 1997.
31. Niethammer, L. Conjunturas de Identidade Coletiva. Projeto História 15, 119-144, 1997.
32. Weber, R. Relatos de quem colhe relatos: pesquisas em história oral e ciências sociais. Dados 39, 1, 63-83, 1996.
33. Amado, J. A culpa nossa de cada dia: ética e história oral. Projeto História 15, 145-155, 1997.
34. Thomson, A. Reconstituo a memória: questões sobre a relação entre História Oral e as memórias. Projeto História 15, 51-71, 1997.
35. Vilanova, M. La historia sin adjetivos con fuentes orales y la historia del presente. História Oral 1, 31-42, 1998.